

A GLOBALIZAÇÃO TOTAL



“Osama fez o gesto mais globalizado até hoje.” – escreveu esta semana um dos melhores analistas de “O Globo”. E encontro-me de novo a reflectir sobre a utilização perversa do progresso. Para poder verificar depois se se esboça já uma resposta que reponha a globalização como instrumento na erradicação do terrorismo, na construção de um mundo mais justo, na garantia de maior segurança para todas as pessoas.

No dia para sempre negro de 11 de Setembro, a comunicação instantânea – base científica e tecnológica da globalização – garantiu a plena realização de um massacre planeado. A repercussão, possível pela mesma comunicação instantânea, abalou o mundo inteiro em tempo real. Em réplicas sucessivas – visíveis na forma como se esgotam os grandes órgãos da imprensa internacional e na inevitabilidade da partilha de sentimentos e emoções com pessoas que até agora nos eram desconhecidas – continua a sentir-se o grande golpe afectivo que a todos feriu. No dia 11, pelo ataque e pelas suas consequências, foi atingida a globalização total.

Só que a dimensão gigantescamente trágica do ataque foi possível por ter sido acoplada a um instrumento pertencente a outra ordem. Entrou em cena o que o jornalista brasileiro chama “o suicídio feliz”. Contra ele, não há armas possíveis. Nem cruzadas nem excomunhões fáceis. porque, apesar das imagens que nos trazem os media sobre manifestações muçulmanas, não é aceitável como representativo do Islão o terrorismo bárbaro que se abateu sobre os EUA. É bem conhecido o fundamento ético das grandes religiões mundiais, a “regra de ouro” que a todas igualmente anima: “Não facas aos outros o que não queres que te façam a ti; trata os outros como queres que te tratem a ti.” O ataque suicidário situa-se fora deste princípio universal. Ignora-o porque nega a vida, própria e alheia. Por isso é objetivamente a-religioso.

Fundação Cuidar o Futuro

O deus que é invocado pelos terroristas assassinos pertence às imagens de deus que a idolatria – e não a religião – gera. O Deus do Islão é, como dizem os seus textos sagrados, “clemente e misericordioso”. Invocá-lo em vão acaba por ser uma apostasia que pretende esvaziar o Islão da sua verdadeira dimensão religiosa. E esse é o problema que merece mais demorado exame da parte de todas as grandes religiões.

A procura insistente das causas que tanto nos invade perante o absurdo (porquê? porquê?) depara na tragédia do dia 11 com o naufrágio da própria causalidade. Não bastam razões simples e directas. Mas nenhuma razão pode ser descartada. É essa a exigência – e, para os que acreditam na relação elementar causa-efeito, a fraqueza – da própria complexidade. Às explicações que vão sendo tecidas pelos politólogos, políticos e media faltam malhas. Algum elo está ainda por encontrar. O que falhou nesse dia? Um senador americano perguntava-se: onde falharam os serviços secretos? as forças armadas? o próprio Congresso? Será então possível desencadear uma acção global sem termos a certeza irrefutável, as provas que pedem ainda alguns dos parceiros da coligação mundial?

Ao medo, à insegurança e à angústia que, na opinião pública e provavelmente dentro de cada um de nós, esperam um confronto urgente e sem ambiguidade, é preciso contrapor lucidamente que, em termos tradicionais, esse confronto não terá lugar. Não pode ter lugar.

Como analisa claramente Jean Baudrillard: o inimigo é invisível, não tem nome, e o confronto é por isso mesmo assimétrico, não é uma guerra entre dois adversários. Eles não estão no mesmo plano e por isso não há uma solução". Quando o Presidente Bush declara que esta "guerra" pode durar vários meses ou mesmo vários anos, não está obviamente a estrategizar uma guerra de fronteiras. O que vai ter de se contrapor ao "gesto globalizado" criminoso é o "gesto globalizado" que se recupera nas suas potencialidades iniciais para o bem de toda a humanidade.



Em que clima vai então viver o mundo? Que horizontes abrir? Que expectativas criar? De todos os lados vem a mesma convicção: qualquer que seja a decisão da resposta ao ataque do dia 11, ela não poderá usar a mesma lógica. À lógica da criminalidade irracional o mundo civilizado só pode opor a lógica do respeito pela dignidade da pessoa humana e pelo direito internacional. É a esses dois princípios que vamos buscar a garantia da civilização. Não a "civilização" encarada como a propriedade de alguns mas sim a civilização que corresponde às convicções de todos os povos e Estados que, independentemente das religiões e dos valores que os estruturam, se reconhecem na Carta das Nações Unidas e, por nela se integrarem, constituem a comunidade internacional.

À catarse dos primeiros dias que foi vivida em alguns momentos com reacções emocionalmente violentas, sucederam passos cautelosos que permitem resguardar a firmeza dos objectivos a atingir, garantindo, ao mesmo tempo, a segurança dos inocentes e a governabilidade das relações internacionais. Assim, o Conselho de Segurança tomou, logo no dia 12, uma posição que o honra. Invocando os princípios da Carta das Nações Unidas, o Conselho recorda o seu apelo de outubro de 1999 para o combate ao terrorismo, reafirma o direito de defesa dos Estados individual ou coletivamente, condena unanimemente como uma ameaça contra a paz o ataque perpetrado em Nova York e Washington e incita todos os países a colaborarem na descoberta dos culpados directos ou indirectos.

Fundação Cuidar o Futuro

É evidente que o problema da coligação mundial não fica inteiramente resolvido. Para além das conversações bilaterais do Presidente Bush com os Chefes de Estado que se têm deslocado a Washington, prosseguem os contactos do Conselho de Segurança e desenrola-se o início da Assembléia Geral que irá discutir estes dias os meios para lutar contra o terrorismo. Tenta garantir-se assim que a acção a realizar se não assemelha à coligação da Guerra do Golfo em que a ONU serviu sobretudo para 'cobrir' a acção inteiramente conduzida pelos EUA.

A acção internacional que discretamente está a ter lugar teve já algumas importantes consequências que permitem registrar que o mundo possa voltar a caminhar para o verdadeiro multilateralismo, há tantas décadas comprometido – quase logo após a criação da ONU, pela coexistência bipolar das duas superpotências, e, nos anos e meses mais recentes, pelo unilateralismo da única superpotência.

Assim o pagamento da dívida acumulada pelos EUA à ONU foi já decidida pela Administração Bush. De igual modo, a proposta de resolução da OCDE, gizada após o trabalho de vários anos, destinada a bloquear a lavagem de dinheiro e que fora denunciada, há poucos meses, como ilegítima pelos EUA, está neste momento em vias de ser ratificada e posta em execução. Muitos outros instrumentos internacionais esperam a adesão dos

Estados Unidos de modo a assegurar uma coligação em que todos os países gozam dos mesmos direitos e cumprem os mesmos deveres. O Protocolo de Kyoto, o Tratado ABM, o Tribunal Penal Internacional, são apenas os exemplos mais óbvios de áreas das relações internacionais em que os EUA terão de atuar em conjunto com os outros membros da comunidade internacional. Não apenas para sua própria salvaguarda mas para também garantirem a segurança das pessoas e dos povos. Num artigo publicado em The New York Times, o Ministro da Defesa dos EUA fala oportunamente de “novo vocabulário para uma guerra diferente”. Aí reconhece as múltiplas acções que estavam até aqui fora das preocupações exclusivamente militares e indica: “o combate eletrónico para rastrear e conter investimentos em centros bancários no exterior; a utilização de funcionários de alfândegas na detenção de suspeitos nas fronteiras e a acção de diplomatas assegurando cooperação contra lavagem de dinheiro; a invasão do ciberespaço do inimigo”. Obviamente tudo isto haverá que ser realizado dentro de esquemas de ‘regulação’ que não sejam limitações indevidas das liberdades e garantias individuais.

Face à globalização total, será talvez o início de uma nova era. Uma era mais de interrogações do que de certezas. Uma era mais de pequenos e experimentados avanços do que de vitórias anunciadas. Uma era em que, mais do que nunca, é indispensável a análise, urgente a visão, imperativo o cuidado, exigente a atenção a todos os actos, a todas as palavras.

Maria de Lourdes Pintasilgo
(Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2001)



Fundação Cuidar o Futuro